

Texto 1

Anistia Internacional se alia às mulheres pernambucanas contra a violência

Organização propõe plano emergencial para combater avanço da violência contra a mulher em Pernambuco.

As condições sociais e a falta de uma política de segurança pública estruturada fazem de Pernambuco um dos estados brasileiros com maior índice de violência urbana, especialmente das mulheres. Segundo dados fornecidos pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, pelo menos 193 pernambucanas foram assassinadas desde o início do ano. Mais de 50% desses crimes tiveram motivos passionais e foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas e em ambiente doméstico.

Uma das áreas que merece maior atenção é a Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde a sociedade é fortemente patriarcal e o machismo é exacerbado. Nesse local, segundo Ana Veloso, coordenadora do Centro de Mulheres do Cabo e uma das participantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a situação das mulheres é especialmente grave. Para se ter uma idéia, desde o início de 2006 cerca de 75 mulheres foram assassinadas. Os índices de violência doméstica na região são crescentes.

Com o intuito de investigar a situação de violação dos direitos humanos e de exclusão social, especialmente das mulheres, dois representantes da organização não-governamental Anistia Internacional – Tim Cahill e Patrick Wilcken – visitaram o estado de Pernambuco entre os dias 12 e 16 de junho de 2006. Além dos tristes dados sobre a violência doméstica, Cahill e Wilcken também se depararam com outra grave constatação: o crescente aumento da violência urbana tem deixado as mulheres pernambucanas em uma situação de dupla vulnerabilidade, fazendo com que elas fiquem suscetíveis não só à violência das ruas mas à violência sexual ao tráfico de pessoas e de drogas.

Na tentativa de reverter esse quadro, os representantes da Anistia Internacional propuseram às autoridades da área de segurança pública do governo do estado de Pernambuco a instituição de um plano emergencial para conter o avanço da violência praticada contra a mulher. A idéia é incentivar a adoção de políticas públicas integradas nas áreas de saúde, educação e moradia nos locais de maior índice de criminalidade.

Na opinião de Ana Veloso, a presença da Anistia Internacional no estado é de grande importância para que o problema seja tratado com mais seriedade. “Há uma certa omissão do Estado, que não apresenta uma política pública eficiente, seja para apoio, seja para atendimento imediato das mulheres vítimas de violência doméstica”, afirma. De acordo com ela, também não há políticas eficientes de prevenção, nem acompanhamento e apuração dos inquéritos relacionados à violência contra a mulher, o que contribui para o crescimento da impunidade.

A partir das visitas aos bairros e da reunião que tiveram com o Fórum de Mulheres, Cahill e Wilcken também constataram a necessidade de promover campanhas específicas de combate à violência contra a mulher. A recomendação fará parte do relatório final da Anistia Internacional, que será concluído até o fim do ano. Os

primeiros resultados da visita dos representantes da Anistia a Pernambuco já começam a aparecer. Na avaliação de Joana Santos, coordenadora do SOS Corpo – organização pernambucana que luta pelos direitos das mulheres –, a vinda da Anistia Internacional trouxe visibilidade nacional e internacional ao problema da violência contra a mulher, o que contribui para que o movimento em busca da igualdade de gênero com justiça social conquiste cada vez mais apoio.

(site www.mulheresnobreasil.org.br, 14/08/2006).

Texto 2

Vamos comemorar?

Hoje, 22 de setembro de 2006, entra em vigor a Lei Maria da Penha, que, fruto da luta feminista, traz inovações, podendo mudar o quadro de violência doméstica e familiar contra as mulheres, pois garante e valida o direito à vida. A lei tem caráter preventivo, de orientação, estabelecendo ações de assistência e medidas punitivas ao agressor, que não poderá mais pagar pena com cesta básica; poderá ter prisão preventiva decretada e a pena aumentada para até 3 anos de prisão.

A nova lei retira a violência contra a mulher dos Juizados Especiais, onde era tratada como ato de “menor potencial ofensivo”. Devem ser criados os Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No Ceará, o movimento de mulheres reivindicou do governo estadual e Tribunal de Justiça (TJ) a criação de três JVDJM, dois em Fortaleza e um no Cariri. O governo disse não ser possível por não estar na previsão orçamentária, o que violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Justificativa válida, se o governo explicasse porque mesmo não estando previsto no orçamento, o TJ está criando quatro novos cargos de desembargadores e mais um Juizado Especial no bairro Dionísio Torres.

Pergunta-se: porque é mais importante ter desembargadores e Juizado para a classe média de Fortaleza do que garantir a aplicação da nova lei e atender ao clamor de justiça das mulheres do Cariri? A atitude do governo e do Tribunal de Justiça mostram o grau de importância que dão à violência contra as mulheres. Comemore-se a Lei de Responsabilidade Fiscal que vale quando interessa! Viva à convivência do Estado e do Judiciário com a violência contra as mulheres!

Isto apenas mostra que 30 anos de luta das mulheres foi pouco. Há muito a fazer para transformar as mentalidades machistas que imperam na nossa sociedade, inclusive nos governos e órgãos que deveriam garantir justiça para todos/as.

(Beth Ferreira, O Povo, 22/09/2006)

Selecione uma das duas propostas abaixo:

1. DISSERTE sobre o tema em questão, violência doméstica no Brasil, e apresente o seu ponto de vista a respeito da Lei Maria da Penha.

2. Você é uma dona de casa, mãe de três filhos. Habitualmente, sofria algum tipo de violência cometida pelo companheiro. Uma revista nacional, destinada ao público feminino, convidou-a a DEPOR sobre a vida que levava e sobre quais atitudes precisou tomar para fugir ao sofrimento doméstico. Ao final do seu depoimento, transmita às leitoras também vítimas de violência sugestões de como sair de um ciclo de agressão.